



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2013

1 – PREÂMBULO

1.1 - O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, situado à Rua dos Imigrantes, nº 499, através do **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto certame licitatório, na Modalidade Tomada de Preços para obras do tipo Menor preço para execução direta pelo regime de empreitada global o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas atualizações e nos termos do presente edital.

1.2 - Os envelopes contendo os documentos para habilitação e da proposta, deverão ser entregues até as **09:00 horas** do dia **23/04/2013**, junto ao Departamento de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Caibi, sito a Rua dos Imigrantes, nº 499, Município de Caibi, Estado de Santa Catarina.

1.3 - A abertura do envelope contendo a Documentação para habilitação (Envelope Nº 01) será realizada em sessão pública, na mesma data, local e horário mencionados no item 1.2. A abertura dos envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope Nº 02) será realizada logo após a abertura das habilitações, desde que a Comissão tenha condições imediatas de julgá-la, que estejam presentes os prepostos das empresas participantes e que os mesmos concordem com o resultado da habilitação. Caso contrário a Comissão marcará dia e horário para publicação do resultado da habilitação e após decorrido os prazos recursais, marcará a data e horário para abertura dos envelopes contendo as propostas de preço.

2 - DO OBJETO

2.1- Contratação de empresa para implantação de placas de indicação para melhoria da Sinalização Turística do Município de Caibi -SC de acordo com os itens abaixo relacionados e que constam no orçamento do projeto em anexo.

Item	Discriminação	Und	Quant
1	SERVIÇOS INICIAIS		
1.1	Placa de obra / convênio em chapa de aço galvanizado	M ²	2,50
1.2	Limpeza manual de terreno co raspagem superficial	M ²	91,64
2	SEMI – PÓRTICO		
2.1	Coluna tronco-cônica aço galv. comp.6,00m conf. projeto - forn./instal.	UN	14



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2.2	Braço aço galv. com projeção de 5,00m conf. Projeto - fornec. Instal.	UN	14
2.3	Placa 2,00x1,00m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	UN	2
2.4	Placa 2,50x1,20m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	UN	12
2.5	Bloco de ancoragem (0,80X0,80X1,20m)		
2.5.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	10,75
2.5.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	10,75
3	PÓRTICO		
3.1	Composto de 02 colunas tubulares D=300mm em aço galv., alt.=7,20m viga treliçada em cantoneira aço galv., vão de 13,0m - fornec. / Instal	UN	1
3.2	Placa 3,00x1,50m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	UN	4
3.3	Bloco de ancoragem (1,00X1,00X2,00m)		
3.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	10,24
3.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	4
3.3.3	Forma de madeira 1 vez, pinho 3a., esp.=2,5cm - Fornec. E desmold.	M²	16
3.3.4	Armação de aço CA-60 diam. 3,4 a 6,0mm - Forn. Corte, dobra e coloc	Kg	15,60
3.3.5	Armação de aço CA-50 diam. 6,3 a 12,5mm - Forn. Corte, dobra e coloc.	Kg	59,60
3.3.6	Reaterro e compactação mec. De vala c/ soquete vibratório	M³	6,24
4	PLACAS DE SOLO		
4.1	Placa 2,00x1,00m		
4.1.1	Placa 2,00x1,00m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	3
4.1.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=3,00m - Forn./Inst	Un	6
4.1.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m)		
4.1.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,43
4.1.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	0,43
4.2	Placa 2,50x1,20m		
4.2.1	Placa 2,50x1,20m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	8
4.2.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=3,20m - Forn./Inst.	Un	16



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

4.2.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m		
4.2.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	1,15
4.2.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	1,15
4.3	Placa 2,00x0,50m		
4.3.1	Placa 2,00x0,50m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	Un	3
4.3.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=2,50m - Forn./Inst.	Un	6
4.3.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m)		
4.3.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,43
4.3.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens	M³	0,43
4.4	Placa 0,80x0,80m		
4.4.1	Placa 0,80x0,80m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	1
4.4.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,75mm, comp.=2,80m - Forn./Inst.	Un	1
4.4.3	Bloco de ancoragem (0,40X0,40X0,80m)		
4.4.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,13
4.4.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	0,13

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão apresentar-se à licitação empresas devidamente cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

3.2 - Não será permitida a participação de consórcios.

3.3 - Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública.

3.4 - Poderão participar todas as pessoas jurídicas que atenderem as exigências do presente edital e da lei Federal n. 8.666/93.

4 - DOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL

4.1 - Fazem parte do presente edital os seguintes anexos:

- A- Minuta do contrato;
- B- Planilha BDI;
- C- Memorial descritivo;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- D- Orçamento;
- E- Cronograma –físico financeiro;
- F- Projeto

4.2 - O edital e seus anexos estão à disposição e poderão ser retirados, junto a Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

4.3 - Os orçamentos constantes dos anexos ao presente edital são estimativos e servirão de base para as medições durante a execução da obra. Os quantitativos e preços unitários apresentados pelas proponentes mesmo que venham a divergir dos apresentados neste edital não serão considerados no julgamento da proposta, a não ser que a mesma seja considerada inexequível, pois trata-se de uma licitação do tipo empreitada global

5 - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

5.1 - Envelope de Habilitação:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2013
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013
PROPONENTE: NOME/RAZÃO SOCIAL
ABERTURA: 23/04/13 HORA: 09:00

5.2- Envelope de Proposta:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2013
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013
PROPONENTE: NOME/RAZÃO SOCIAL
ABERTURA: 23/04/13 HORA: 09:00

6 - HABILITAÇÃO E PROPOSTA

6.1 - As empresas poderão participar da presente licitação apresentando o Envelope nº 01 contendo a documentação para habilitação e o Envelope nº 02 contendo a proposta de preços, observando os prazos estabelecidos no presente edital.

6.2 - Toda documentação relativa á habilitação deverá ser apresentada em via original ou cópia autenticada por cartório competente, ou funcionário da Prefeitura Municipal de Caibi designado para este fim. A Comissão de Licitação fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

6.3 - No envelope Nº 01 – HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação, deverão constar os seguintes documentos relativos à:

6.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.3.1.1 - Registro Comercial no caso de empresa individual;

6.3.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.2 - HABILITAÇÃO FISCAL:

6.3.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.2.3 - Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional através da apresentação de Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União

6.3.2.4 - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos

6.3.2.5 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante

6.3.2.6 - Prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pela Caixa Econômica Federal

6.3.2.7 - Prova de regularidade perante a Previdência Social através de certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS

6.3.2.8- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; site www.tst.jus.br

6.3.2.9 - Certificado de Registro Cadastral, obtido junto a Administração Municipal até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

6.3.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

6.3.3.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

6.3.3.2 - Cópia do comprovante da Caução relacionada à garantia de proposta.

6.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

6.3.4.1 - Declaração expressa dando concordância a todas as cláusulas e condições do presente edital e que se vencedor da presente licitação fornecerá o objeto nas condições aqui estipuladas.

6.3.4.2 - Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.3.4.3 – Declaração de que não sub-contratará e nem sub-empreitará a obra objeto da presente licitação;

6.3.4.4 – Declaração expedida pela empresa licitante que visitou o local dos serviços devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

6.3.4.5 - Declaração de que, se vencedora do Processo Licitatório manterá nos serviços, Engenheiro Civil, que deverá ser mencionado nominalmente;

6.3.4.6- Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura - CREA, da jurisdição da sede da proponente, para execução de serviços constantes no objeto deste edital;

6.3.4.7 - Prova de possuir em seu quadro permanente na data prevista para a entrega dos documentos da habilitação e proposta, profissional de nível superior, a qual deverá ser feita através de cópia da ficha de registro de empregado, salvo quando o mesmo for sócio comprovando-se neste caso através do contrato social ou ata de assembléia ou contrato de prestação de serviço com a empresa.

6.3.4.8 - Apresentar Anotação de Responsabilidade técnica de desempenho de cargo/função, quando o profissional responsável pela empresa for do quadro permanente;

6.3.4.9- Comprovação de aptidão técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível, por atestado **fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado de que tenha a **empresa licitante** executado obra de **característica semelhante** ao objeto da presente licitação, juntamente com o acervo técnico.

OBS:

A) O documento exigido no item **6.3.4.9**, deveser do mesmo profissional e da mesma obra.

6.3.4.10 - As licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 46 da referida Lei Complementar, deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02 o documento de enquadramento como micro e pequena empresa expedida pela receita federal ou certidão da junta comercial (se interesse da licitante).

6.3.4.11. A ausência do documento citado no item 6.3.4.10 não implicara na inabilitação do licitante.

6.4 - No envelope N° 02 – PROPOSTA, sob pena de inabilitação, deverá estar de acordo com as seguintes normas:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

6.4.1 - A proposta deverá ser datilografada ou digitada, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas devendo conter os dados da empresa e assinatura do seu representante legal.

6.4.2 - Apresentar planilha de quantitativos físico-financeiro, com a composição de preços unitários e totais detalhados por item, conforme planilhas de orçamento global anexos ao presente edital;

6.4.3- Apresentar Planilha com composição do BDI (benefícios e Despesas Indiretas) da obra conforme anexo B do edital

6.4.4 - Preço global em R\$ (reais)

6.4.5 - Cronograma físico-financeiro.

6.4.6 - Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data fixada neste edital. Não havendo indicação expressa será considerada como tal.

6.4.7 - Os valores cotados deverão ser líquidos, já com descontos ou deduções que a proponente queira ofertar ou quaisquer despesas, encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra.

7 - DA GARANTIA DE PROPOSTA

7.1 - A empresa proponente deverá fornecer como parte integrante do ENVELOPE N° 01 - cópia de comprovante de prestação de Garantia de Proposta, no valor de **R\$ 1.493,11 (um mil, quatrocentos e noventa e três reais e onze centavos)**, dentre as seguintes modalidades: 1-Caução em dinheiro ou título da dívida pública; 2-seguro-garantia; 3-fiança bancária, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante.

7.2 - No caso de caução em dinheiro ou cheque e títulos da dívida pública deverão ser depositados no Banco do Brasil, agência n° 1698-5 da cidade de Caibi - SC, conta corrente n° 8.114-0.

7.3 - A Garantia de Proposta das licitantes inabilitadas, com propostas desclassificadas e das licitantes com propostas classificadas ser-lhe-á restituída no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da homologação ou da data de expiração do prazo da validade da proposta, o que ocorrer primeiro.

8 - DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA EFEITOS DE PROPOSTA

O valor máximo admitido para efeitos desta licitação e de proposta a ser apresentada pelas proponentes é de **R\$ 149.311,40 (cento e quarenta e nove mil,**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

trezentos e onze reais e quarenta centavos). Proposta apresentada acima deste valor será automaticamente desclassificada.

9 - DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

9.1 - A presente Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

9.2 - Na data, hora e local indicados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a Comissão Municipal de Licitações iniciará os trabalhos.

9.3 - Após o Presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentados de acordo com o edital ou a substituição dos mesmos.

9.4 - Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes. A comissão de licitações analisará a documentação definindo as habilitações e inhabilitações, abrindo prazo recursal conforme artigo 109 da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Contudo, se todos os proponentes estiverem presentes ou através de pessoa legalmente habilitada a representá-los, havendo interesse, pode desistir do direito de recurso referente a esta fase, conforme os incisos II e III do artigo 43 da lei supra citada o que se caracterizara por constar na ata à respectiva opção.

9.5 - A comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgarem conveniente e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação ou poderá optar pela comunicação as proponentes através de publicação nos termos da Lei.

9.6 - No julgamento da documentação e da proposta somente poderá manifestar-se à empresa que estiver representada por seu proprietário, diretor ou pessoa devidamente credenciada com poderes expressos para tal.

9.7 - Somente serão abertas os envelopes das propostas das empresas habilitadas, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.8 - Caso a Comissão de Licitações julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião de julgamento das propostas, comunicando formalmente aos proponentes nova data.

9.9 - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas, procedendo também o respectivo julgamento, de acordo, exclusivamente com os fatores e critérios estabelecidos neste edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

9.10 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

9.11 - O inabilitado receberá de volta seu envelope proposta intacto, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.12 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.12.1 Desclassificação

9.12.1.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem preços ou quaisquer condições baseadas em cotação de outra licitante, ou ainda, qualquer oferta de vantagens não previstas neste Edital;
 - b) Forem manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 48 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.
 - c) Contiverem rasuras, emendas, ou entrelinhas;
 - d) Não atenderem as exigências desta Tomada de Preços e que forem de valor superior ao orçado pela Administração.
- Micro e Pequenas Empresas poderão comprovar a regularidade fiscal após julgamento da licitação 2(dois) dias úteis como condição para assinatura do contrato LC 123/06.

9.12.2 - Classificação

9.12.2.1 - As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão, que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

- a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;
 - b) Menor Preço Global;
 - c) Não serão consideradas vantagens não previstas neste edital, nem ofertas de redução sobre proposta concorrente;
 - d) No caso de empate, ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público.
- Após julgamento, pela ordem micro ou pequena empresa com proposta até 10% do vencedor poderá cobrir a oferta, sagrando –se vencedora do certame LC 123/06

9.13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.13.1 - Adjudicado o objeto, a comissão, após decorrido o prazo interposição de recurso ou julgado o mesmo, submeterá os autos à autoridade competente para liberação quanto à homologação da adjudicação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1 - O pagamento das faturas relativas à execução de obras e serviços será efetuado de acordo com a quantidade medida pela fiscalização ou de acordo com a liberação dos recursos do Ministério do Turismo contrato de repasse nº 371243-60/11.

10.2 – Para efeito de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

10.3- Nenhum pagamento será efetuado à Licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.4 - Não haverá reajuste nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea d, do artigo 65 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, desde que apresentados os documentos comprobatórios.

11 - LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 - O serviço deverá ser executado nos termos dos projetos e memoriais apresentados na BR 158/SC, BR 282/SC e Diversas Ruas Urbanas e Rurais do Município de Caibi -SC.

11.2 - O prazo para a conclusão da obra será de até 120(cento e vinte) dias contados a partir da emissão da Ordem de Serviço podendo ser prorrogado se fatos fortuitos, de força maior ocorrerem devidamente justificados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização do Município.

11.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

11.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constatarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

11.5 - O diário oficial de obras deverá ser construído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

11.6 - A obra deverá ser executada na íntegra com o fornecimento de todos os materiais para a execução total da obra.

12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

12.1 - As despesas decorrentes do cumprimento do presente ocorrerão por conta do projeto atividade:

Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento	Desp	Fonte
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	828	133
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	830	300
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	302	100

12.2 - Os recursos financeiros serão do governo federal e contrapartida da Prefeitura Municipal de Caibi.

13 - DO CONTRATO

13.1 - Será firmado contrato nos termos de minuta em anexo com a Licitante vencedora, que será notificada pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias a partir da data de homologação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666/93 e com as alterações posteriores.

13.2- O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até 30 de Março de 2014 podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes celebração de termo aditivo conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

13.3 - Farão parte integrante dos contratos todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta tomada de preço, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independentemente de transição.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.01 - A contratante ficará obrigada a:

- a) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;
- b) Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;
- c) Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- d) Efetuar retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas do INSS.
- e) Efetuar retenção de 3% do ISS itens 7.2 e 7.5 da Lista de Serviços conforme Lei Municipal Complementar nº 010/2003 de 18 de dezembro de 2003.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - Empresa Contratada ficará obrigada a:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preço;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- c) Não sub-contratar, nem sub-empregar o total dos serviços para ela adjudicados;
- d) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente às especificações e as normas pertinentes em vigor;
- e) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização do Município, o qual se reserva o direito de rejeita-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
- f) Fornecer todo o material e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- g) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- h) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- i) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela **execução** da obra
- j) Apresentar Diário de Obras mensal
- k) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;

16 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 - O contrato poderá ser alterado, desde que devidamente instruído e fundamentado conforme as disposições legais pertinentes:

I – Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência do acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até limite previsto no § 1º artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

II – Por acordo entre as partes:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- a) Quando necessária à modificação do modo de realização dos serviços, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviços;
- c) Para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

PARAGRAFO ÚNICO - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais vistas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

17 - DA RESCISÃO

I – O contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito com antecedência de 30(trinta) dias recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

III - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

18 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1 - Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei 8.666, de 21 junho de 1993 e suas atualizações, os quais deverão ser protocolados no Setor de Compras e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.

18.2 - É admissível recurso em qualquer fase da Licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de intimação do ato, nos termos do art. 109, incisos e parágrafos, da Lei Federal n. 8666/93.

19 - DAS PENALIDADES

19.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, acarretará na suspensão de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por pelo menos 24 (vinte e quatro) meses;

19.2 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

a) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento) do valor da parcela, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20- DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

20.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por engenheiro, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

20.2 - A fiscalização se efetivara no local da obra.

20.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

20.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o **DIÁRIO DE OBRAS**.

20.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

20.6 – A contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

20.7 – Após a última medição, quando a obra fisicamente for concluída será emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização e pelos responsáveis pelo acompanhamento da obra será lavrado o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

20.8- O prazo para emissão do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** não poderá ser superior a 90(noventa) dias, salvo nos seguintes casos:

20.8.1- De atraso na liberação dos recursos destinados a execução da obra.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

20.9 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da lei.

21 – DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

21.1 – As dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação dos termos do presente edital, deverão ser formalizadas e endereçadas a Comissão Permanente de Licitações, junto a Prefeitura Municipal de Caibi – SC, até cinco dias antes da data fixada para abertura dos envelopes.

21.2 - Os interessados poderão retirar ou examinar sem custos o presente Edital junto a Prefeitura Municipal de Caibi - SC, Estado de Santa Catarina, sito a Rua dos Imigrantes, 499 no horário no horário das 07:00hs as 13:00hs de segunda a sexta feira, podendo inclusive obter informações pelo fone 49-3648-0211.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

22.1 - Os serviços objeto desta Tomada de Preços serão adjudicados na totalidade a Empresa Licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

22.2 – Os licitantes submeter-se-ão ao aceite da decisão da Comissão pelas propostas pelo preço global do objeto.

22.3 – O licitante vencedor e adjudicado do objeto da presente licitação compromete-se integralmente pela execução da obra, aplicando-se no que couber, o Código de defesa do Consumidor.

22.4 – Não haverá pagamento antecipado

22.5 – Não poderão ser adicionadas despesas não previstas nesta licitação.

22.6 – Onde este edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

22.7 – O Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente Licitação, antes da assinatura do contrato, sem que caiba pedido de indenização por parte de proponentes.

22.8 – As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurados legalmente habilitado, desde que apresente o instrumento procuratório até o início da sessão de abertura dos envelopes.

22.9 - Nenhuma indenização será devida as Licitantes pela elaboração e apresentação de documentação relativa à PRESENTE TOMADA DE PREÇOS.

22.10 - As empresas Licitantes deverão realizar vistoria do local onde serão executados as obras e serviços, inteirando-se das condições ambientais, técnicas e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

do grau de dificuldade dos trabalhos, não se admitindo posteriormente qualquer alegação de seu desconhecimento.

Caibi - SC, 05 de Abril de 2013

DILAIR MENIN
PREFEITO MUNICIPAL

IRACI ANTONINHO FAZOLO
ASSESSOR JURÍDICO
OAB: 15054

ANEXO A – MINUTA DO CONTRATO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**CONTRATO Nº _____/20_____
CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL
PROCESSO LICITATORIO Nº 029/2013
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAIBI**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, 499, Centro, em Caibi - SC, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.940.776/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **DILAIR MENIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na comunidade de Linha Fátima S/N no interior do município de Caibi - SC, inscrito no CPF sob o Nº 530.968.519-72 e portador da Cédula de Identidade Nº 12C. 1.719.274 SSP/SC, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado,

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____, nº _____ na cidade de _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, residente e domiciliado na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**.

Pelo presente instrumento firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAIBI** e a **CONTRATADA**, acima definidos e qualificados, por seus respectivos representantes legais infra-firmados, fica justo e contratado o cumprimento das cláusulas e condições que outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para implantação de placas de indicação para melhoria da Sinalização Turística do Município de Caibi -SC de acordo com os itens abaixo relacionados.

Item	Discriminação	Und	Quant
1	SERVIÇOS INICIAIS		
1.1	Placa de obra / convênio em chapa de aço galvanizado	M ²	2,50
1.2	Limpeza manual de terreno co raspagem superficial	M ²	91,64
2	SEMI – PÓRTICO		
2.1	Coluna tronco-cônica aço galv. comp.6,00m conf. projeto - forn./instal.	UN	14
2.2	Braço aço galv. com projeção de 5,00m conf. Projeto - fornec. Instal.	UN	14
2.3	Placa 2,00x1,00m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	UN	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2.4	Placa 2,50x1,20m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	UN	12
2.5	Bloco de ancoragem (0,80X0,80X1,20m)		
2.5.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	10,75
2.5.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	10,75
3	PÓRTICO		
3.1	Composto de 02 colunas tubulares D=300mm em aço galv., alt.=7,20m viga treliçada em cantoneira aço galv., vão de 13,0m - fornec. / Instal	UN	1
3.2	Placa 3,00x1,50m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	UN	4
3.3	Bloco de ancoragem (1,00X1,00X2,00m)		
3.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	10,24
3.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	4
3.3.3	Forma de madeira 1 vez, pinho 3a., esp.=2,5cm - Fornec. E desmold.	M²	16
3.3.4	Armação de aço CA-60 diam. 3,4 a 6,0mm - Forn. Corte, dobra e coloc	Kg	15,60
3.3.5	Armação de aço CA-50 diam. 6,3 a 12,5mm - Forn. Corte, dobra e coloc.	Kg	59,60
3.3.6	Reaterro e compactação mec. De vala c/ soquete vibratório	M³	6,24
4	PLACAS DE SOLO		
4.1	Placa 2,00x1,00m		
4.1.1	Placa 2,00x1,00m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	3
4.1.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=3,00m - Forn./Inst	Un	6
4.1.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m)		
4.1.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,43
4.1.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	0,43
4.2	Placa 2,50x1,20m		
4.2.1	Placa 2,50x1,20m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	8
4.2.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=3,20m - Forn./Inst.	Un	16
4.2.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m)		
4.2.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	1,15
4.2.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	1,15



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

4.3	Placa 2,00x0,50m		
4.3.1	Placa 2,00x0,50m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal	Un	3
4.3.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,65mm, comp.=2,50m - Forn./Inst.	Un	6
4.3.3	Bloco de ancoragem (0,30X0,30X0,80m)		
4.3.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,43
4.3.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens	M³	0,43
4.4	Placa 0,80x0,80m		
4.4.1	Placa 0,80x0,80m em chapa N.18 c/ película refletiva - fornec./Instal.	Un	1
4.4.2	Coluna tubo de aço galv. D=2 1/2" #2,75mm, comp.=2,80m - Forn./Inst.	Un	1
4.4.3	Bloco de ancoragem (0,40X0,40X0,80m)		
4.4.3.1	Escavação manual de valas ou fundações rasas	M³	0,13
4.4.3.2	Concreto Fck 18,0MPa, incluído preparo mec., lançamento e adens.	M³	0,13

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

§ 1º - O serviço deverá ser executado nos termos dos projetos e memoriais apresentados na BR 158/SC, BR 282/SC e diversas ruas urbanas e rurais do município de Caibi –SC.

§ 2º - O prazo para a conclusão da obra será de até 120(cento e vinte) dias contados a partir da emissão da Ordem de Serviço podendo ser prorrogado se fatos fortuitos, de força maior ocorrerem devidamente justificados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização do Município.

§ 3º - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 4º - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Contrato, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constatarem de propostas por escrito e aprovada por esta CONTRATANTE.

§ 5º - A obra deverá ser executada na íntegra com o fornecimento de todos os materiais para a execução total da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

O preço total ajustado para execução do objeto constante na cláusula primeira será de R\$ _____(_____), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA sendo:

Item	Discriminação
1	Empreitada Global de Implantação de Sinalização turística conforme relação de itens especificados na cláusula primeira deste contrato.

§ 1º - O pagamento das faturas relativas à execução de obras e serviços será efetuado de acordo com a quantidade medida pela fiscalização ou de acordo com a liberação dos recursos do Ministério do Turismo contrato de repasse nº 371243-60/11.

§ 2º – Para efeito de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização da CONTRATANTE.

§ 3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTE

Não haverá reajuste nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea d, do artigo 65 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada desde que apresentados os documentos comprobatórios.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS

Para custear a despesa decorrente da execução do objeto deste contrato, serão empregados recursos do projeto:

Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento	Desp	Fonte
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	828	0133
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	0300	830
15 451.0013.1.015	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44905199	Outras Obras e Instalações	0100	302

Os recursos financeiros serão do governo federal e contrapartida da CONTRATANTE.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até 30 de Março de 2014 podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes celebração de termo aditivo conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

§ 1º - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior devidamente justificados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização.

§ 2 - O diário oficial de obras deverá ser construído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

§ 3º- Na ocorrência de pedidos de prorrogação de prazo do contrato a CONTRATADA deverá encaminhar por escrito à esta Municipalidade a solicitação com justificativa para que sejam aceitos ou não pela fiscalização.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA ficará obrigada a:

- I- Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste Contrato;
- II- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- III- Não sub-contratar, nem sub-empreitar o total dos serviços para ela adjudicados;
- IV- Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente às especificações e as normas pertinentes em vigor;
- V- Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização do Município, o qual se reserva o direito de rejeita-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
- VI- Fornecer todo o material e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- VII- Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- VIII- Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- IX- Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional responsável pela **execução** da obra;
- X- Apresentar Diário de Obras mensal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

XI- Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante ficará obrigada a:

I-Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;

II-Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Contrato;

III-Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;

IV-Efetuar retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas do INSS.

V- Efetuar retenção de 3% do ISS itens 7.2 e 7.5 da lista de serviços conforme Lei Municipal Complementar nº 010/2003 de 18 de dezembro de 2003.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

A fiscalização da execução da obra será feita por engenheiro, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

§ 1º - A fiscalização se efetivara no local da obra.

§ 2º - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 3º - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

§ 4º - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

§ 5º A contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

§ 6º - Após a última medição, quando a obra fisicamente for concluída será emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

pelos responsáveis pelo acompanhamento da obra será lavrado o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

§ 7º - O prazo para emissão do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** não poderá ser superior a 90(noventa) dias, salvo nos seguintes casos:

- De atraso na liberação dos recursos destinados a execução da obra

§ 8º - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

I - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento) do valor da parcela, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Os casos Omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado, desde que devidamente instruído e fundamentado conforme as disposições legais pertinentes:

I – Unilateralmente pela CONTRATANTE:

II -Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;

III- Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência do acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até limite previsto no § 1º artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

II – Por acordo entre as partes:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- a) Quando necessária à modificação do modo de realização dos serviços, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviços;
- c) Para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

PARAGRAFO ÚNICO - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais vistas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I- O contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito com antecedência de 30(trinta) dias recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

III - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do município não cumprir com os pagamentos contratados, remunera os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, consolidada e vinculada ao Edital de Tomada de Preços Nº 002/2013 bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação da autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a **CONTRATADO**, de forma alguma, sem anuência da **CONTRATANTE**, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caibi SC, em ____ de _____ de 20_____

DILAIR MENIN
Prefeito Municipal
Contratante

Representante da contratada
Contratado

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Visto do Assessor Jurídico



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ANEXO B- MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DO B.D.I	
RIS = risco e imprevistos	0,00%
DEF = despesas financeiras e seguros	0,00%
ADM = administração central	0,00%
LB = lucro bruto	0,00%
IMP = impostos sobre faturamento*	0,00%
ISS	0,00%
PIS	0,00%
COFINS	0,00%
BDI utilizado	0,00%

* soma dos impostos (ISS, PIS, COFINS)

____(LOCAL)_____, ____ de
____MÊS____ de 20____

Responsável Técnico

Nome:
Engenheiro:
Crea/SC